

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 739 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 1998



Antonio Carlos considera uma "vergonha nacional" a atuação dos partidos nanicos

ACM defende fortalecimento dos partidos

Senador considera prioritária discussão da fidelidade partidária e do fim dos "nanicos"

Lideranças de vários partidos já começam a debater mudanças no sistema político. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), discutiu o tema com o ministro da Reforma Institucional, Freitas Neto, com quem avaliou a possibilidade de acelerar a tramitação da reforma política. ACM diz que os temas prioritários são a fidelidade partidária e a supressão das candi-

daturas e partidos nanicos, que ele define como "uma vergonha nacional". Enquanto isso, o Congresso aguarda as medidas que o Executivo irá propor para enfrentar a crise econômica. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) fez ontem um apelo para que sejam incluídas entre tais medidas o estímulo à agricultura e às exportações.

PÁGINA 3

ELEIÇÕES

Denúncia de fraude em Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) denunciou o abuso do poder econômico, o uso da máquina administrativa e a prática de fraude eleitoral nas eleições em Roraima. Ele decidiu formalizar a acusação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

PÁGINA 3

Parga elogia normalidade no Maranhão

Normalidade e lisura caracterizaram as eleições no Maranhão, conforme balanço feito ontem pelo senador Bello Parga (PFL-MA). Ele destacou a eficiência da Justiça Eleitoral e o comportamento dos políticos, "afastando a pecha de que as eleições no estado eram fraudadas".

PÁGINA 3

Plenário discute até terça limitação dos gastos das câmaras

O Senado deverá concluir na próxima terça-feira a discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que fixa limites para os gastos das câmaras de vereadores. De autoria do senador Esperidião Amin

(PPB-SC), a matéria tem substitutivo do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) e prevê percentuais máximos para as despesas, considerando a receita tributária e as transferências constitucionais.

PÁGINA 2

Cabral avalia direitos humanos

Ao assinalar o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lamentou que só uma minoria usufrua de bem-estar e conforto.

PÁGINA 4

GASTOS MENORES

Emenda constitucional restringe gastos dos municípios com câmaras de vereadores. O limite máximo varia de acordo com a população

Mais de 1 milhão de habitantes

De 100 mil a 1 milhão de habitantes

Menos de 100 mil habitantes

8% da receita

7% da receita

6% da receita

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h - Saúde Todo Dia - Atividade: Ginástica Restauradora
 6h30 - Especial/Unip - Assunto: Miomas Uterinos
 7h - Saúde Todo Dia - Atividade: Remo
 7h30 - Especial/Unip - Assunto: Prevenção do Infarto
 7h55 - Senado em Pauta
 8h - Saúde Todo Dia - Atividade: Ginástica Restauradora
 8h30 - Congresso Hoje
 8h45 - Senado em Pauta
 9h - Sessão plenária (ao vivo) - Não deliberativa
 12h - Cores do Brasil - Em destaque, o Cerrado
 12h30 - Entrevista - O presidente da Comunidade Terapêutica do Senhor Jesus, Carlos César Soares, fala da recuperação dos usuários de drogas
 13h - Cores do Brasil - Em destaque, a Serra dos Órgãos
 13h30 - Consulta Marcada - O tema do programa é Gravidez, com a ginecologista Adalgisa Calvano
 14h30 - Sessão Plenária (reapresentação)
 18h30 - Entrevista - O presidente da Comunidade Terapêutica do Senhor Jesus, Carlos César Soares, fala da recuperação dos usuários de drogas
 19h30 - Consulta Marcada - O tema do programa é Gravidez, com a ginecologista Adalgisa Calvano
 20h30 - Congresso Hoje
 20h45 - Senado em Pauta
 21h - Espaço Cultural - Apresentação do trabalho fotográfico "O homem da Ama-

zônia", do fotógrafo Pedro Martinelli
 22h - Cores do Brasil - Em destaque, o Rio de Janeiro
 22h30 - Especial/Unip - Assunto: Miomas Uterinos
 22h55 - Senado em Pauta
 23h - Consulta Marcada - O tema do programa é Gravidez, com a ginecologista Adalgisa Calvano
 0h - Entrevista - O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista a colunista do *Jornal do Brasil* Dora Kramer, sobre perspectivas políticas

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
 8h10 - Música e informação
 9h - Sessão plenária (ao vivo)
 Em seguida - Música e informação
 14h30 - Reprise sessão plenária (ao vivo)
 Em seguida - Música e informação
 19h - "A Voz do Brasil"
 Em seguida - Música e informação
 20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
 Em seguida - Música e informação

Gravidez saudável é discutida na TV

O programa *Consulta Marcada*, que vai ao ar hoje, pela TV Senado, traz entrevista com a ginecologista e obstetra Adalgisa Calvano, especialista em gravidez de alto risco.

Ela vai falar sobre alimentação, exercícios físicos e outros cuidados que as gestantes devem ter para garantir uma gravidez saudável.

A médica informa também sobre o aspecto psicológico das futuras mães, dizendo que "nesse período elas precisam de atenção e devem ser paparicadas pelo marido e por amigos".

Maestro romeno em Música Erudita

O maestro romeno Sergiu Celibidache é a atração do programa *A Música Erudita e seus Mestres*, que a Rádio Senado FM transmite amanhã, às 11h, com reprise no domingo, no mesmo horário.

A apresentação é do senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

O programa fará a audição da obra *A Renana* (Opus 97), de Robert Schumann, executada pela Orquestra Filarmônica de Munique.

Como ex-usuários deixaram drogas

A prevenção do uso de drogas e o tratamento de jovens dependentes são os temas da entrevista realizada pela TV Senado com Carlos César Soares Batista, presidente da Comunidade Terapêutica do Senhor Jesus, que vai ao ar hoje, às 4h30, 12h30 e 18h30.

O programa mostra os caminhos percorridos por usuários de drogas e a proposta de tratamento desenvolvida pela Comunidade Terapêutica.

Senado conclui na terça debate sobre gastos das câmaras

O Senado conclui, na próxima terça-feira, a discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC) para limitar as despesas com o funcionamento do poder legislativo municipal, incluindo-se aí a remuneração dos vereadores. O total dessa despesa não poderá ultrapassar certos percentuais da soma da receita tributária e das transferências constitucionais. E o descumprimento desses percentuais implicará crime de responsabilidade.

Conforme o substitutivo do relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), será de 8% o limite



Amin é o autor da emenda que limita gastos das câmaras

da despesa das câmaras de vereadores dos municípios com população inferior a 100 mil habitantes; de 7% para aqueles com população igual ou superior a 100 mil e inferior a 1 milhão de habitantes; e de 6% para aqueles com população igual ou superior a 1 milhão de habitantes.

CCJ vota indicação de ministros para o TST

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisou, na próxima quarta-feira, quatro indicações da Presidência da República para cargos de ministro classista do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Serão submetidas à aprovação do Senado as reconduções dos ministros Leonaldo Silva e Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo, ambos representantes dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001. Para o cargo de suplente de ministro classista, pelo mesmo período, e também representantes dos trabalhadores, a CCJ vota os nomes de Maria de Fátima Montandon Gonçalves e José

Alberto Rossi.

INDICAÇÃO

Os ministros dos tribunais superiores são indicados pelo presidente da República. Essa exigência está prevista no artigo 52 da Constituição. O processo se inicia com uma mensagem presidencial ao Senado, com o nome, qualificação e currículo do candidato.

A mensagem é lida em plenário e enviada à comissão competente. Num prazo máximo de três dias a comissão marca reunião para ouvir o candidato sobre assuntos pertinentes ao cargo a ser ocupado. As sabinas são públicas.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Flaviano Melo
 4º Secretário: Lucídio Portella
 Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
 Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
 Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
 Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
 Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
 Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
 Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
 Arte: Clóvis Júnior

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 15º e 16º andares
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

Antonio Carlos defende fim dos partidos "nanicos"

O senador propõe ainda prioridade, na reforma política, para a votação do instituto da fidelidade partidária

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, confirmou ontem que discutiu na noite de quarta-feira com o ministro da Reforma Institucional, Freitas Neto, a tramitação das propostas de reforma política e partidária no Congresso Nacional. Eles avaliaram a possibilidade de acelerar a apreciação dessas matérias. O senador considera prioritários os temas da fidelidade partidária e da supressão de "candidaturas e partidos nanicos", que chamou de "uma vergonha nacional".

No entender de Antonio Carlos Magalhães, "o povo reprovou os can-

didatos e os partidos nanicos, e é preciso que o Congresso Nacional esteja em consonância com o povo". Para o senador, "pior que o partido nanico é o candidato nanico". Com relação à fidelidade partidária, o presidente do Senado acredita que o dispositivo poderá ser votado em breve, fixando prazo de seis meses para "acomodar os que estejam em trânsito".

Sobre o ajuste fiscal, Antonio Carlos afirmou que "a equipe econômica tem valor, mas quem decide é o Congresso". Ele admitiu que poderá haver aumento na alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimenta-

ção Financeira (CPMF), dentro do esforço para reequilibrar as finanças públicas e proteger a estabilidade do país e da moeda diante da crise internacional, "se esse for realmente o mal menor".

Questões como o estabelecimento de um "gatilho" na lei de finanças públicas que está começando a tramitar na Câmara dos Deputados ou da fixação de um teto para o orçamento da União, por outro lado, deverão ser analisadas com "muito cuidado" pelos parlamentares, destacou Antonio Carlos Magalhães, a fim de prevenir qualquer lesão à autonomia de estados e municípios.

Amorim quer revisar a emenda da reeleição

As campanhas políticas para as eleições gerais deste ano demonstram a necessidade de o Congresso revisar a emenda constitucional que instituiu a possibilidade de reeleição do presidente da República e dos governadores, sem desincompatibilização dos cargos, afirmou ontem o senador Ernandes Amorim (PPB-RO).

Para o senador, a sociedade brasileira, particularmente os meios políticos e jurídicos, reclama do Congresso a reabertura da discussão sobre o tema, "não só para repensar a vantagem ou desvantagem da reeleição, mas, principalmente, se mantido o instituto, estabelecer os prazos de desincompatibilização daqueles que se candidatam ao mesmo cargo".

As eleições, de acordo com Amorim, demonstraram que a presença dos governantes em seus cargos provoca uma desigualdade entre os concorrentes, além de evidenciar que o uso da máquina administrativa viola o caráter democrático que deveria predominar na competição eleitoral.

Em requerimento dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, Ernandes Amorim solicitou informações sobre quais os incentivos fiscais existentes para a compra, venda, comercialização e produção de leite e seus derivados.

Romero Jucá lamentou o uso da máquina administrativa



Jucá denuncia abuso de poder econômico em Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) denunciou ontem o candidato à reeleição ao governo de Roraima, Neudo Campos (PPB), por abuso de poder econômico, uso da máquina administrativa do estado e fraude eleitoral, na tentativa de vencer a candidata da oposição Teresa Jucá (PSDB), que lidera a disputa até o momento. Ele disse que foi signatário da emenda da reeleição no Congresso, mas chegou a reconsiderar essa posição em face dos abusos que têm sido denunciados contra governadores que tentam mais um mandato, como em Roraima.

Romero Jucá informou que levaria ainda na tarde de ontem ao corregedor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) "relatos inclusive de partidários de Neudo Campos que se tornaram vítimas do processo de fraude".

— O TSE tem o dever de punir exemplarmente quem usou recursos públicos para modificar a vontade da população. Isto condena até o processo democrático da

eleição. Hoje mesmo estarei no TSE e mais tarde farei outro discurso com toda a documentação para provar o que digo — alertou.

Jucá disse que não estava no plenário fazendo o famoso "choro" dos perdedores, uma vez que a candidata que apóia está com maioria e a disputa será levada ao segundo turno. "Quero manifestar, sim, a minha extrema preocupação com o processo de reeleição", reiterou. Segundo ele, nomeações de filhos de desembargadores e do filho do superintendente regional da Polícia Federal para cargos no estado foram efetivadas de última hora, visando garantir votos a Neudo Campos.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) se solidarizou com Jucá e enfatizou que, se existiu fraude em Roraima, com 100% da votação por via urna eletrônica, a situação é preocupante porque revela que já "descobriram uma forma de fraudar a eleição até no processo eletrônico".

Bello Parga destaca lisura de eleição no Maranhão

Ao fazer um balanço das eleições no estado do Maranhão, o senador Bello Parga (PFL-MA) destacou ontem a normalidade e lisura do pleito que garantiu a reeleição da atual governadora, Roseana Sarney, e a vitória do candidato da coligação governista ao Senado, o ex-governador João Alberto.

Segundo Parga, a eficiência da Justiça Eleitoral, sob o comando do desembargador Nilson Coutinho, e o comportamento da classe política afastaram "definitivamente a pecha, que por muito tempo perdurou, de que as eleições no Maranhão eram fraudadas". Para o senador, as eleições maranhenses eram vistas como fraudadas "no entendimento dos que

perdiam as eleições", mas, desta vez, "não cabe reclamação alguma".

— O que se viu foi a realização de uma das eleições mais tranquilas no estado, com a polícia coibindo a boca de urna. Aqueles que cometeram infrações eleitorais foram presos e liberados meia hora antes do término da votação, para exercer o direito do voto — informou o senador.

Bello Parga disse que só sete grandes municípios maranhenses tiveram votação eletrônica. Como foi a primeira experiência com esse tipo de votação, o senador considerou que os altos índices de abstenção demonstraram que, apesar das instruções do TSE em todas as televisões, o voto eletrônico coibiu uma parte do eleitorado.

Quintanilha pede tratamento prioritário para a agricultura

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) fez ontem um apelo ao governo para que, entre as medidas que deverão ser tomadas para combater a crise financeira, esteja um tratamento prioritário e diferenciado à agricultura, com estímulo às exportações. Ele também se solidarizou com o presidente, que antecipou, em pronunciamento à nação, a necessidade de cortes no orçamento, aumento de impostos e redução dos juros.

O Congresso, segundo o senador, terá a oportunidade de participar efetivamente do processo para resolver as dificuldades financeiras do país através da votação das reformas. Quintanilha entende que as dificuldades brasileiras fazem parte de uma crise mais ampla, que atinge, especialmente, os países em desenvolvimento. O importante, conforme o senador, é que os estados e municípios se integrem ao esforço e realizem os cortes necessários.

No entanto, ele alerta que os cortes poderão acarretar a redução da produção nacional e o sucateamento da indústria, provocando o aumento do desemprego e da violência urbana e o aprofundamento da crise social. A solução mais eficaz, para o senador, está no incremento às exportações através da redução dos juros e da criação de mecanismos de defesa do produto



Quintanilha propõe renegociação de dívidas dos agricultores

nacional, como o fazem os países mais desenvolvidos, juntamente com um programa de estímulo à agricultura.

Quintanilha manifestou a sua estranheza com o fato de o Brasil ser campeão de importações de arroz e algodão. Ele defende a criação de uma linha de financiamento especial para a agricultura, além da renegociação das dívidas dos agricultores.

— Sem essas providências o setor primário poderá ser envolvido por uma crise ainda mais grave, uma vez que boa parte dos agricultores estão "pendurados" nos bancos e sem condições de acesso aos financiamentos, dos quais dependem para produzir — argumentou.



Bello Parga elogiou eficiência da Justiça

Cabral lembra 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos

Senador lamenta que a justiça social ainda não esteja disseminada por todo o planeta, pois apenas uma minoria usufrui de bem-estar e conforto, e aponta as disparidades existentes no Brasil

Ao registrar ontem que o ano de 1998 está sendo marcado pelas celebrações referentes ao cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que, quanto mais houver injustiça, mais se deve levantar a voz pela vigência plena dos direitos fundamentais de todo ser humano.

Mesmo constatando os benefícios das tecnologias modernas, das descobertas da ciência e dos avanços da medicina, Bernardo Cabral argumentou que continuam a existir as heranças de barbáries, as diversas formas de tirania, a manutenção de costumes desumanos e a imposição de regimes ditatoriais.

Cabral lembrou que várias guerras, rebeliões e atos de terrorismo continuam a existir na África. Comentou que o continente encon-

tra-se dilacerado pela violência, pela fome e pela doença, e que, apesar de sua riqueza potencial, os países africanos estão atolados em dívidas.

– Num outro cenário, distante das guerras civis, encontramos um quadro não menos devastador. Não podemos deixar de reconhecer que a justiça social ainda não se disseminou por igual na face do planeta – afirmou.

O senador amazonense denunciou que apenas uma minoria da humanidade usufrui de bem-estar e conforto, enquanto a grande maioria da população não dispõe de emprego seguro, acesso à educação e à saúde, moradia confortá-

vel, nem de meios econômicos que propiciem o usufruto do conforto oferecido pela modernidade.

O Brasil foi incluído pelo senador entre os países em que há grande injustiça social. Bernardo Cabral citou números de um levantamento do IBGE realizado em 1987, segundo o qual os 10%

mais pobres detinham 1,12% da renda nacional. Em 1996, esse percentual havia baixado para 0,98%. No mesmo período, conforme os dados apontados pelo senador, os 10% mais ricos ampliaram sua participação na renda nacional, passando de 41,91% para 42,36%.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 1998

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DOS TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (13.10.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 15/98, que dispõe sobre o total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal; *Requerimento nº 455/98, do senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 81/95 e 129/98, por versarem sobre as sociedades cooperativas; e *Requerimento nº 473/98, do senador Vilson Kleinübing, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 217/97, com os de nºs 51 e 137/96 por versarem sobre legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas.

Quarta-feira (14.10.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Requerimento nº 365/98, do senador Odacir Soares, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com a de nº 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho - juízes classistas.

COMISSÕES

Quarta-feira (14.10.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: *PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de Fomento Mercantil - Factoring; *PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; *PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; *PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal, que dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados; *PLC nº 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; e *PLC nº 52/94, que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5

ESPECIAL

Terça-feira (13.10.98)

A Coordenação de Relações Públicas realizará uma programação especial em atenção ao dia das crianças, voltada especificamente para os filhos dos funcionários do Senado Federal.
9h - Os pais devem deixar os filhos no Salão Negro, aos cuidados da equipe da CRP, que os conduzirá a uma visita ao Senado.
10h - As crianças serão encaminhadas ao Auditório Petrônio Portella, onde será exibido o filme *O Menino Maluquinho 2 - A Aventura*.

12h - Os pais deverão buscar as crianças no auditório.
Quarta-feira (14.10.98)
Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Menino Maluquinho 2*, de Fernando Meirelles e Fabrizia Alves Pinto. Auditório Petrônio Portella

João Rocha quer balanços na Internet

O senador João Rocha (PFL-TO) apresentou projeto determinando a disponibilização na rede Internet do relatório circunstanciado, dos demonstrativos de final de mês e dos balanços dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, assim que os recursos sejam colocados à disposição dos respectivos destinatários. Ele argumenta que o controle da sociedade sobre as ações do governo é um dos fundamentos básicos da democracia moderna.

– O aperfeiçoamento e a con-

solidação do processo democrático exigem que a sociedade tenha amplas possibilidades de fiscalizar e controlar a eficiência e a eficácia das ações e dos gastos públicos. E, sendo dinheiro público, nada mais salutar do que o acompanhamento da sua efetiva utilização – observa.

João Rocha defende o acesso a informações que permitam à sociedade avaliar os resultados sociais alcançados e explicou que escolheu a Internet como meio de divulgação por entender que a rede possibilita amplo acesso às informações, em tempo real. “É o usuário dos serviços públicos que deve, ao lado do Controle Interno e Externo, atuar para a consecução dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil”, concluiu.



João Rocha deseja ampliar acesso às informações sobre fundos

Dutra critica MP que muda lei de doação de órgãos

A medida provisória editada pelo governo mudando a lei que estabeleceu a doação presumida de órgãos foi criticada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) na sessão plenária de ontem. Para Dutra, a medida provisória – que obriga a consulta e o consentimento da família do doador para que haja o transplante de órgãos – é precipitada, pois o governo deveria ter esperado mais tempo para que a lei da doação presumida fosse aceita pela população.

O senador observou que a lei, amplamente debatida no Congresso, não teve a devida divulgação pelo governo.

– Foi estabelecida uma situação de terrorismo com a doação presumida de órgãos. O governo não cumpriu o dever de casa, não fez uma ampla campanha de esclarecimento. A justificativa da medida provisória é de que a doação presumida não estava sendo cumprida porque o Conselho Federal de Medicina tinha recomendado aos médicos a consulta à família. Por que não se deu mais tempo à sociedade para que a lei pegasse? – questionou.

Dutra discorda das estatísticas que apontaram 70% de rejeição à lei. Para ele, “são estatísticas absurdas”, que não refletem a realidade.



Dutra afirma que o governo falhou na divulgação da lei e se precipitou ao alterá-la

A proposta de doação presumida de órgãos surgiu por iniciativa de Dutra, da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e do então senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), já falecido. Dutra lembrou que o projeto foi bastante debatido, tendo como relator o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Segundo Dutra, o ministro da Saúde, José Serra, deveria ter esperado o Congresso se manifestar sobre o assunto novamente, através de dois projetos que tramitam na Casa. Ele frisou que a lei introduziu normas importantes, tais como a lista única de candidatos para os transplantes e a criação de centrais de captação de órgãos nos estados.